



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Em Reais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	127.413.513,15	90.725.820,53
Disponibilidades	873.345,26	704.458,80
Disponibilidades	873.345,26	704.458,80
Títulos e Valores Mobiliários	85.923.237,81	55.458.105,27
Títulos de Renda Fixa	85.923.237,81	55.458.105,27
Relações Interfinanceiras	2.277.425,26	3.102.397,14
Centralização Financeira - Cooperativas	2.277.425,26	3.102.397,14
Operações de Crédito	32.950.386,12	27.933.703,95
Operações de Crédito	35.306.138,11	29.533.544,90
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(2.355.751,99)	(1.599.840,95)
Outros Créditos	3.743.906,35	1.739.434,70
Rendas a Receber	174.795,15	130.200,28
Avais e Fianças Honrados	119.324,06	45.900,94
Diversos	3.671.368,86	1.663.190,83
(-) Provisão Outros Crédito Liq. Duvidosa	(221.581,72)	(99.857,35)
Outros Valores e Bens	1.645.212,35	1.787.720,67
Outros Valores e Bens	1.643.324,69	1.787.224,69
Despesas Antecipadas	1.887,66	495,98
Não Circulante	45.781.895,98	38.429.884,63
Realizável a Longo Prazo	42.282.225,06	35.438.146,34
Títulos e Valores Mobiliários	4.752.237,74	5.613.853,78
Títulos de Renda Fixa	4.752.237,74	5.613.853,78
Operações de Crédito	37.529.987,32	29.824.292,56
Operações de Crédito	37.529.987,32	29.824.292,56
Investimentos	2.494.720,66	1.860.264,00
Outros Investimentos	2.494.720,66	1.860.264,00
Imobilizado de Uso	991.311,84	896.465,87
Outras Imobilizações de Uso	1.772.736,68	1.503.246,30
(-) Depreciações Acumuladas	(781.424,84)	(606.780,43)
Diferido	0,00	213.603,92
Gastos de Organização e Expansão	0,00	588.237,24
(-) Amortização Acumulada	0,00	(374.633,32)
Intangível	13.638,42	21.404,50
Direitos de Uso	64.945,26	64.216,26
(-) Amortização Acumulada	(51.306,84)	(42.811,76)
Total do Ativo:	173.195.409,13	129.155.705,16

Rafael de Assis Horn

Presidente do Conselho de Administração

CPF: 888.977.459-20

Camila Erika Nicolau

Contadora

CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O

Em Reais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	150.248.945,23	112.524.234,08
Depósitos	140.465.422,21	102.470.644,81
Depósitos a Vista	25.980.918,85	20.782.142,35
Depósitos a Prazo	114.484.503,36	81.688.502,46
Relações Interdependências	5.355.929,66	5.991.620,19
Recursos em Trânsito	5.355.929,66	5.991.620,19
Obrigações Por Empréstimos	706.354,02	412.791,28
Empréstimos no País - Outras Instituições	706.354,02	412.791,28
Outras Obrigações	3.721.239,34	3.649.177,80
Cobrança e Arrecadação De Trib. e Assemelhados	13.852,43	9.414,82
Sociais e Estatutárias	346.492,87	412.299,66
Fiscais e Previdenciárias	237.112,36	248.202,19
Diversas	3.123.781,68	2.979.261,13
Patrimônio Líquido	22.946.463,90	16.631.471,08
Capital Social	16.803.060,80	12.420.295,85
Capital de Domiciliados	17.508.747,84	12.979.465,64
(Capital a Realizar)	(705.687,04)	(559.169,79)
Reserva de Sobras	2.399.560,14	1.557.892,90
Reserva Legal	1.730.632,93	988.473,96
Outras	668.927,21	569.418,94
Sobras a Disposição da Assembleia	3.743.842,96	2.653.282,33
Sobras Acumuladas	0,00	300.000,00
Sobras Disposição da Assembleia no Ano	3.743.842,96	2.353.282,33
Total do Passivo:	173.195.409,13	129.155.705,16

Rafael de Assis Horn

Presidente do Conselho de Administração

CPF: 888.977.459-20

Camila Erika Nicolau

Contadora

CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição	2 Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015
1. Receitas de Intermediação Financeira	14.402.122,51	27.088.204,27	20.446.257,85
(+) Rendas Operações de Crédito	9.065.089,36	17.367.196,34	14.025.859,78
(+) Resultado Operações Títulos Valore Mobiliários	5.337.033,15	9.721.007,93	6.420.398,07
2. Despesas de Intermediação Financeiras	(7.776.381,39)	(14.627.304,46)	(10.094.391,72)
(-) Operações de Captação no Mercado	(6.806.835,78)	(12.673.905,52)	(8.735.814,68)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(3.322,40)	(5.329,36)	(2.550,32)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	(966.223,21)	(1.948.069,58)	(1.356.026,72)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ (1+2)	6.625.741,12	12.460.899,81	10.351.866,13
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(4.286.696,58)	(7.993.934,95)	(7.073.405,70)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	892.943,79	1.650.699,10	1.449.780,24
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	1.077.982,87	2.019.173,10	1.564.066,12
(+) Outras Receitas Operacionais	1.078.639,51	1.794.618,26	641.329,14
(-) Despesas de Pessoal	(3.746.142,34)	(6.687.732,11)	(5.252.300,27)
(-) Outras Despesas Administrativas	(3.280.913,24)	(6.175.455,64)	(5.152.242,91)
(-) Despesas Tributárias	(61.122,89)	(124.404,13)	(104.106,21)
(-) Outras Despesas Operacionais	(248.084,28)	(470.833,53)	(219.931,81)
5. Resultado Operacional (3+4)	2.339.044,54	4.466.964,86	3.278.460,43
6. Outros Resultados	-161.899,28	(159.209,50)	25.056,33
7. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro (5+6)	2.177.145,26	4.307.755,36	3.303.516,76
Resultado com Associados	2.177.145,26	4.142.509,74	2.941.602,89
Resultado com Não Associados	0,00	165.245,62	361.913,87
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	1.152,54	(53.097,95)	(121.648,35)
Provisão para Imposto de Renda	2.489,45	(24.490,35)	(63.820,21)
Provisão para Contribuição Social	(1.336,91)	(28.607,60)	(57.828,14)
9. Resultado Depois Trib. S/Lucro (7+8)	2.178.297,80	4.254.657,41	3.181.868,41
Resultado com Associados	0,00	4.142.509,74	2.941.602,89
Resultado com Não Associados	0,00	112.147,67	240.265,52
10. Sobras Liquidadas do Período (9)	2.178.297,80	4.254.657,41	3.181.868,41

Rafael de Assis Horn
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 888.977.459-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2014	9.262.116,45	694.313,68	422.338,80	2.022.992,25	12.401.761,18
MUTAÇÕES EM 2015	3.158.179,40	294.160,28	147.080,14	630.290,08	4.229.709,90
Integralização de Capital	2.200.324,28	0,00	0,00	0,00	2.200.324,28
Devolução de Capital	(765.137,13)	0,00	0,00	0,00	(765.137,13)
Incorporação das Sobras	1.722.992,25	300.000,00	0,00	(2.022.992,25)	0,00
Reversão de Reserva	0,00	(300.000,00)	0,00	300.000,00	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	2.941.602,89	2.941.602,89
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	240.265,52	240.265,52
Destinações	0,00	294.160,28	147.080,14	(441.240,42)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(240.265,52)	(240.265,52)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(147.080,14)	(147.080,14)
SALDO EM 31/12/2015	12.420.295,85	988.473,96	569.418,94	2.653.282,33	16.631.471,08
MUTAÇÕES EM 2016	4.382.764,95	742.158,97	99.508,27	1.090.560,63	6.314.992,82
Integralização de Capital	2.872.283,40	0,00	0,00	0,00	2.872.283,40
Devolução de Capital	(852.800,78)	0,00	0,00	0,00	(852.800,78)
Incorporação das Sobras	2.363.282,33	290.000,00		(2.653.282,33)	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	4.142.509,74	4.142.509,74
Reversão FEF	0,00	0,00	(126.571,21)	126.571,21	0,00
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	112.147,67	112.147,67
Destinações	0,00	452.158,97	226.079,48	(678.238,45)	0,00
Reversão de Despesas do FATES	0,00	0,00	0,00	379.079,94	379.079,94
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(112.147,67)	(112.147,67)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(226.079,48)	(226.079,48)
SALDO EM 31/12/2016	16.803.060,80	1.730.632,93	668.927,21	3.743.842,96	22.946.463,90

Rafael de Assis Horn
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 888.977.459-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Em Reais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	4.686.835,30	3.303.516,76
Resultado do Exercício Abrangente	4.686.835,30	3.303.516,76
2 - Ajuste Por	23.178.703,21	29.013.574,46
Depreciação / Amortização	(191.493,83)	179.095,69
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	861.616,04	13.838.754,42
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(12.722.376,93)	(11.496.127,79)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(2.004.471,65)	(327.069,86)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	142.508,32	(1.387.720,67)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	37.994.777,40	26.769.899,30
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	(635.690,53)	5.991.620,19
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	(266.165,61)	(4.554.876,82)
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	27.865.538,51	32.317.091,22
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(53.097,95)	(121.648,35)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(53.097,95)	(121.648,35)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	27.812.440,56	32.195.442,87
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	1.703.043,82	526.087,48
Investimentos	(634.456,66)	(512.313,00)
Ativo Imobilizado / Diferido	318.017,86	(396.786,67)
Integralização de Capital	2.872.283,40	2.200.324,28
Devolução de Capital	(852.800,78)	(765.137,13)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	293.562,74	54.075,04
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	293.562,74	54.075,04
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	29.809.047,12	32.775.605,39
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	29.809.047,12	32.775.605,39
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	59.264.961,21	26.489.355,82
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	89.074.008,33	59.264.961,21

Rafael de Assis Horn
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 888.977.459-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 07 de outubro de 2004, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ADVOCACIA** possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ITAJAÍ - SC, VIDEIRA - SC, CONCÓRDIA - SC, CHAPECÓ - SC, CRICIÚMA - SC, CRICIUMA - SC, BLUMENAU - SC, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC, FLORIANÓPOLIS - SC, JOINVILLE - SC**

O **SICOOB ADVOCACIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.



Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	873.345,26	704.458,80
Relações interfinanceiras - centralização financeira	2.277.425,26	3.102.397,14
Títulos e Valores Mobiliários	85.923.237,81	55.458.105,27
TOTAL	89.074.008,33	59.264.961,21

d) Operações de crédito



As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões



São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2016 e 2015**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	90.675.475,55	61.071.959,05
TOTAL	90.675.475,55	61.071.959,05

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 100% a 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2016 e 2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	2.277.425,26	3.102.397,14



TOTAL	2.277.425,26	3.102.397,14
--------------	---------------------	---------------------

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	97.197,56	0,00	97.197,56	69.351,13
Empréstimos	25.183.714,82	29.331.868,86	54.515.583,68	43.776.749,20
Títulos Descontados	5.166.330,20	0,00	5.166.330,20	4.419.544,67
Financiamentos	4.858.895,53	8.198.118,46	13.057.013,99	11.092.192,46
Sub Total	35.306.138,11	37.529.987,32	72.836.125,43	59.357.837,46
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.242.764,35)	(1.112.987,64)	(2.355.751,99)	(1.599.840,95)
TOTAL	34.063.373,76	36.416.999,68	70.480.373,44	57.757.996,51

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Outros Créditos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	3.108.971,71	0,00	195.640,52	0,00	3.304.612,23	0,00	1.735.776,03	0,00
A 0,5% Normal	20.635.301,43	122.201,85	11.751.801,50	1.242.890,56	33.752.195,34	168.761,16	27.172.717,56	135.864,15
B 1% Normal	22.936.349,51	2.548.249,87	245.419,91	2.203.719,26	27.933.738,55	279.337,39	22.961.910,17	229.619,10
B 1% Vencidas	669.368,74	251,29	68.248,97	0,00	737.869,00	7.378,69	601.010,79	6.010,11
C 3% Normal	2.343.403,44	205.608,72	429.988,62	0,00	2.979.000,78	89.370,02	2.780.426,68	83.412,80
C 3% Vencidas	1.242.705,35	9.101,05	107.514,98	0,00	1.359.321,38	40.779,64	877.051,85	26.311,56
D 10% Normal	2.620.840,75	165.483,05	0,00	0,00	2.786.323,80	278.632,38	1.807.162,33	180.716,24
D 10% Vencidas	910.780,95	6.476,07	114.155,97	0,00	1.031.412,99	103.141,30	215.595,82	21.559,58
E 30% Normal	269.248,74	49.293,45	4.316,99	0,00	322.859,18	96.857,75	189.603,39	27.299,83
E 30% Vencidas	700.642,83	2.646,27	31.466,98	29.973,86	764.729,94	229.418,98	53.567,48	45.651,43
F 50% Normal	148.033,24	10.275,80	16.937,61	0,00	175.246,65	87.623,33	32.269,69	16.134,85
F 50% Vencidas	84.600,51	3.201,32	3.888,39	4.370,82	96.061,04	48.030,52	127.938,87	63.969,43
G 70% Normal	49.075,52	23.175,59	0,00	0,00	72.251,11	50.575,78	2.000,00	1.400,00
G 70% Vencidas	223.837,74	4.289,77	59.151,38	3.337,23	290.616,12	203.431,28	129.716,43	90.801,50
H 100% Normal	40.985,56	60.518,16	0,00	0,00	101.503,72	101.503,72	494.056,44	494.056,44
H 100% Vencidas	551.361,02	32.832,14	28.482,17	81.642,15	694.317,48	694.317,48	177.033,93	177.033,93
Total Normal	52.152.209,90	3.184.806,49	12.644.105,15	3.446.609,82	71.427.731,36	1.152.661,52	57.175.922,29	1.168.503,41
Totais Vencidos	4.383.297,14	58.797,91	412.908,84	119.324,06	4.974.327,95	1.326.497,90	2.181.915,17	431.337,54
Total Geral	56.535.507,04	3.243.604,40	13.057.013,99	3.565.933,88	76.402.059,31	2.479.159,42	59.357.837,46	1.599.840,95
(-) Provisões	(1.990.649,51)	(184.629,75)	(180.472,73)	(123.407,42)	(2.479.159,41)		(1.599.840,95)	
Total Líquido	54.544.857,53	3.058.974,65	12.876.541,26	3.442.526,46	73.922.899,90		57.757.996,51	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	97.197,56	0,00	0,00	97.197,56
Empréstimos	9.224.544,88	15.959.169,94	29.331.868,86	54.515.583,68
Títulos Descontados	4.902.140,40	264.189,80	0,00	5.166.330,20
Financiamentos	1.367.304,38	3.491.591,15	8.198.118,46	13.057.013,99
TOTAL	15.591.187,22	19.714.950,89	37.529.987,32	72.836.125,43

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Adiantamento a Depositante	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado -	971,98	675.725,98	51.663,30	728.361,26	1%



Comércio					
Setor Privado - Serviços	32.075,19	22.298.957,22	1.704.888,97	24.035.921,38	33%
Pessoa Física	63.178,41	43.922.188,49	3.358.114,63	47.343.481,53	65%
Outros	971,98	675.725,98	51.663,30	728.361,26	1%
TOTAL	97.197,56	67.572.597,67	5.166.330,20	72.836.125,43	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor das operações transferidas no período	1.198.908,40	691.247,46
Valor das operações recuperadas no período	(72.567,51)	(102.284,28)
TOTAL	1.126.340,89	588.963,18

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais E Fianças Honrados	119.324,06	45.900,94
Rendas A Receber	174.795,15	130.200,28
Diversos	3.671.368,86	1.663.190,83
(-) Provisões Para Outros Créditos	(221.581,72)	(99.857,35)
TOTAL	3.743.906,35	1.739.434,70

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio	1.641.224,69	1.781.224,69
Material em Estoque	2.100,00	6.000,00
Despesas Antecipadas	1.887,66	495,98
TOTAL	1.645.212,35	1.787.720,67

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição sindical patronal, IPTU, processamento de dados e outros.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	2.494.720,66	1.860.264,00
TOTAL	2.494.720,66	1.860.264,00

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:



Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Instalações	125.843,80	89.483,80	10,00%
Móveis e equipamentos de Uso	936.090,72	824.094,28	10,00%
Sistema de Comunicação	31.020,00	31.020,00	20,00%
Sistema de Processamento de Dados	564.464,16	453.330,22	20,00%
Sistema de Segurança	79.318,00	69.318,00	20,00%
Sistema de Transporte	36.000,00	36.000,00	20,00%
(-) Total Depreciação Acumulada	(781.424,84)	(606.780,43)	
TOTAL	991.311,84	896.465,87	

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	64.945,26	64.216,26
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(51.306,84)	(42.811,76)
TOTAL	13.638,42	21.404,50

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	25.980.918,85	20.782.142,35
Depósito Sob Aviso	875.689,77	892.302,76
Depósito a Prazo	113.608.813,59	80.796.199,70
TOTAL	140.465.422,21	102.470.644,81

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2016	31/12/2015
Cooperativa Central	706.354,02	412.791,28
TOTAL	706.354,02	412.791,28

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
a) Resultado De Atos Com Associados	226.079,48	147.080,14
a) Resultado De Atos Com Não Associados	120.413,39	240.265,52
b) Cotas De Capital A Pagar	0,00	24.954,00
TOTAL	346.492,87	412.299,66

a) O Resultado De Atos Com Associados e Não Associados é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	0,00	397,02
Impostos e contribuições a recolher	237.112,36	247.805,17
TOTAL	237.112,36	248.202,19

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	0,00	7.800,00
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	1.538.724,72	1.937.156,20
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	1.222.469,80	699.132,12
Provisão Para Passivos Contingentes	191.935,76	57.071,00
Credores Diversos - País	170.651,40	278.101,81
TOTAL	3.123.781,68	2.979.261,13

15. Passivos Contingentes

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passíveis obedecem a Resolução CMN nº. 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária



uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e, quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 31/12/2016, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 31/12/2016
Civil	Possível	208.706,12	0,00
Trabalhista	Provável	35.000,00	35.000,00
Total		243.706,12	35.000,00

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2016
Outros Passivos	32.343,53
Garantias Prestadas	124.592,23
Total	156.935,76

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ADVOCACIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2016**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$4.382.764,95** (quatro milhões trezentos e oitenta e dois mil setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	16.803.060,80	12.420.295,85
Associados	6.610	5.712

b) Reserva Legal



Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **5%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de março de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2015**, no valor de **R\$ 2.363.282,33** (dois milhões trezentos e sessenta e três mil duzentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	4.254.657,41
02. Sobras Líquidas do Período (1)	4.254.657,41
03. (+/-) Demais Resultados Abrangentes	379.079,94
(+) Realização do FATES	379.079,94
04. Resultado Abrangente do Período (3+4)	4.633.737,35
(-) Fates Resultado com Não Associados	(112.147,67)
(-) Fates	(226.079,48)
(-) Reserva Legal	(452.158,97)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira FEF	(226.079,48)
(+) Reversão FEF	126.571,21
05. Sobras Líquidas do Período	3.743.842,96

18. Mudança de Critério Contábil

Diferentemente do exercício anterior, e em atendimento a CCI 10/2017 do Sicoob Central SC/RS, os valores correspondentes as despesas do FATES registradas no resultado foram adicionadas ao resultado abrangente sendo consideradas para apuração das destinações legais e estatutárias.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	62.945,21	59.008,62
Rendas De Empréstimos	13.315.616,38	10.816.748,12
Rendas de Títulos Descontados	1.485.388,43	1.157.625,81
Rendas De Financiamentos	2.432.383,12	1.890.192,95



Rendas C/ Tít.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	9.721.007,93	6.420.398,07
Rendas De Prestação De Serviços	3.669.872,20	3.013.846,36
Outras Receitas Operacionais	2.580.306,03	752.760,68
TOTAL	33.267.519,30	24.110.580,61

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	(12.673.905,52)	(8.735.814,68)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(5.329,36)	(2.550,32)
Despesas Administrativas	(12.651.489,18)	(10.192.032,96)
Aprovisionamentos E Ajustes Patrimoniais	(2.906.055,32)	(1.596.960,61)
Outras Despesas Operacionais	(560.754,16)	(304.761,61)
TOTAL	(28.797.533,54)	(20.832.120,18)

21. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Outras Receitas Não Operacionais	83.453,50	55.503,63
Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	(9.703,92)	0,00
Outras Despesas Não Operacionais	(232.959,08)	(30.447,30)
Resultado Líquido	(159.209,50)	25.056,33

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos das famílias de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantidas oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em 31/12/2016 possui o saldo das seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição	2016						
	Operações de Crédito	%	Depósitos	%	Capital Social	%	Honorários
Conselho de Administração	3.509.433,14	4,98%	14.436.817,03	10,28%	604.727,86	3,60%	82.322,76
Diretoria Executiva	1.288.585,34	1,83%	141.175,58	0,10%	185.611,21	1,10%	364.873,88
TOTAL	4.798.018,48	6,81%	14.577.992,61	10,38%	790.339,07	4,70%	447.196,64

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE



SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ADVOCACIA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

24. Gerenciamento de Risco

24.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- a)** A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- b)** As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- c)** Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- d)** A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e)** Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB ADVOCACIA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB ADVOCACIA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB ADVOCACIA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB ADVOCACIA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB ADVOCACIA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB ADVOCACIA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB ADVOCACIA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.



Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB ADVOCACIA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de Dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 10.917.142,08** (dez milhões novecentos e dezessete mil centos e quarenta e dois reais e oito centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

FLORIANÓPOLIS-SC, 31 de Dezembro de 2016.

Rafael de Assis Horn
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 888.977.459-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina – SICOOB Advocacia, em conformidade com suas atribuições dispostas no Art. 93 do Estatuto Social da Cooperativa, após análise das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 e, com base nos exames, constatamos que nenhuma circunstância relevante está conflitante com as peças contábeis por nós verificadas.

Diante disso, conclui o Conselho Fiscal que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - SICOOB Advocacia.

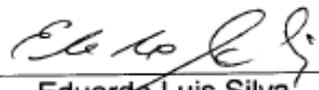
Sendo favorável, recomendamos que os citados documentos sejam aprovados pelos Senhores Associados em Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis, 23 de março de 2017.

CONSELHO FISCAL:



Neiron Luiz de Carvalho



Eduardo Luis Silva



Rejane da Silva Sánchez

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA – SICOOB ADVOCACIA
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA – SICOOB ADVOCACIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB ADVOCACIA**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do **SICOOB ADVOCACIA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 24 de fevereiro de 2017.

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012